

Grupão é acusado de 42 execuções

● SANTO ANTÔNIO DE JESUS, Bahia. O apelido Pomponé provoca pânico nos rapazes pobres de Santo Antônio de Jesus, a 200 quilômetros de Salvador. Ele é chefe do grupo de policiais militares que, nos últimos três anos, arrancou meninos a partir de 14 anos de dentro de suas casas, de colégios e até de lojas do Centro da cidade, levou-os para lugares desertos na periferia e, depois de sessões de tortura, jogou os corpos num cemitério clandestino.

Ao todo, o grupo de extermínio é acusado de comandar 42 execuções sumárias. Bastava ter passagem na delegacia. Na cidade, há testemunho de rapazes que sobreviveram e têm como identificar os PMs, mas Pomponé e seus comparsas nunca foram presos. Hoje, estão lotados em Salvador, mas são vistos freqüentemente na cidade.

— Ele me asfixiou várias vezes com uma câmara de ar de pneu, bateu muito e disse que tinha que sair matando os vagabundos desgraçados. Só não fui morto porque disse que já tinha dado o nome deles para o promotor — disse X., um dos sobreviventes que será apresentado à relatora da ONU.

De capuz e óculos escuros, X. estava ao lado do pai ao ser tirado de um bar cheio de gente e levado para o mato. Pomponé deu o nome de outros rapazes que já tinha executado e pediu informações sobre outros rapazes.

— Umas três pessoas que ele citou morreram em seguida — diz X.

O grupo de extermínio é tão conhecido na cidade que ganhou o apelido de Frigosaje, numa referência ao abatedouro de gado da região. X. tinha sido fichado na delegacia por roubo, assim como Paulo da Silva Rosa, de 20 anos, o rapaz que foi seqüestrado por Pomponé e outros PMs à paisana na frente de um restaurante cheio de gente e cujo crânio teria aparecido em frente à casa dos pais.

— Estava queimando no mato, dentro de um saco plástico. Não acredito que era do meu filho. Acho que era de outra pessoa e puseram aqui para dar um aviso e fazer a gente calar. Não tenho um pingo de medo — diz Francisca Ivone da Silva, mãe do rapaz.

Um relatório apresentado semana passada pelo Conselho de Defesa da Pessoa Humana, do Ministério da Justiça, acusa o governo da Bahia de omissão. Além desses casos de Santo Antônio de Jesus, há uma lista de execuções impunes de rapazes em Camaçari e conivência com os excessos da polícia, como no caso do lavrador Nivaldo Braga de Oliveira, que foi torturado e executado dentro da delegacia de Andaraí. A delegada Maria Luiza Amato de Oliveira, responsável pela ação dos policiais, não foi afastada do cargo. Hoje, responde pela delegacia de Oliveira dos Brejinhos. (R.F.T.)